

TERRITORIO TRANSFRONTEIRIÇO DO IGUASSU; as redes e o desenvolvimento populacional.

Mauro José Ferreira Cury

AGB - Curitiba

Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná

maurojfc@uol.com.br

Luis Lopes Diniz Filho

Universidade Federal do Paraná

diniz@ufpr.br

Nilson César Fraga

Universidade Federal do Paraná

nilsoncesarfraga@hotmail.com

Resumo: O artigo refere-se ao território transfronteiriço do Iguassu com (ss) assim denominado, por envolver as cidades de Foz do Iguaçu – Brasil; Puerto Iguazu – Argentina e Ciudad del Este – Paraguai. O objetivo que norteia este é de analisar as bases conceituais de fronteiras nacionais e verificar o caso do território do Iguassu com elementos de integração fundamentados na geografia, na história e na economia intrínseca nos serviços turísticos que estabelecem redes como elos de relações. Tem o **objetivo** de procurar uma aproximação no entendimento de redes e territorialidades na Região do Iguassu. A busca de uma identificação significativa dos agentes externos e dos movimentos sociais como a migração interna provocada pela instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu –Binacional e do fluxo de turistas como elementos de articulações e como pode ser interpretada a rede provocada pela atividade turística neste território. O pensar epistemológico da possibilidade de integração neste espaço geográfico há a fundamentação de argumentos teóricos e empíricos numa temporalidade de 1976 a 2006, por registros demográficos e das transformações espaciais de elementos fixos existentes na região. O espaço em questão é transfronteiriço, o deslocamento provocado pelos fluxos leva a investigação deste estudo. As análises têm o foco do acelerado crescimento regional e as redes provocadas pelo turismo. Justifica-se a abordagem do tema pela recriação de espaços e que pela temporalidade que vem a contribuir para as projeções de estudos relativos à Geografia e o Turismo. Por se tratar de um espaço transfronteiriço entre as Repúblicas do Brasil, Argentina e Paraguai, este estudo refere-se especificamente a um olhar sobre o desenvolvimento populacional e da infra-estrutura estabelecida para o atendimento ao turismo motivado pela oferta compósita do Parque Nacional do Iguaçu, do Complexo Turístico de Itaipu, dos serviços de meios de hospedagem e agências de viagens.

Os métodos e a estruturação do trabalho foi elaborado a partir da pesquisa empírica do tipo exploratória, englobando levantamento documental (ou fontes primárias) e bibliográfico (ou de fontes secundárias). A fase exploratória foi um dos momentos importantes da pesquisa, porque representou a construção da trajetória de investigação do tema proposto. O desenvolvimento do turismo foi analisado por meio dos dados da Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu.

Palavras-Chave: Território, Geografia, Fronteiras, Turismo.

1. Considerações Iniciais

A abordagem desta pesquisa teve como objetivo de analisar as bases conceituais de fronteiras nacionais o desenvolvimento do espaço geográfico provocado pelo turismo e as territorialidades em Iguassu. Justifica-se a abordagem do tema pela recriação de espaços e que pela temporalidade que vem a contribuir para as projeções de estudos relativos ao Turismo e a Geografia. Por se tratar de um espaço transfronteiriço entre as Repúblicas do Brasil, Argentina e Paraguai, este estudo refere-se especificamente a um olhar sobre o Território as Fronteiras Nacionais desenvolvimento populacional e das relações estabelecidas pelas Instituições de integração entre estes países.

O dimensionamento territorial por ser flexível se delimita e pode ser categorizada em escalas regionais, nacionais e internacionais. As atividades econômicas percebíveis pelos serviços relativos à geração de energia elétrica pela Usina de Itaipu e os projetos atrelados ao desenvolvimento de programas sociais vem a contribuir neste estudo. As relações ambientais na bacia do Paraná e o Parque Nacional do Iguazu como forte estrutura de visitação entre o Brasil e a Argentina, agregam valores a este estudo das novas territorialidades do espaço transfronteiriço do Iguassu.

2. Metodologia

As relações que afetam o espaço dos objetos de análise remetem a reflexão dos avanços do capitalismo, das novas tecnologias, nas relações e práticas provocadas pela atividade turística neste território transfronteiriço.

A estruturação do trabalho foi elaborada a partir da pesquisa empírica do tipo exploratória, englobando levantamento documental (ou fontes primárias) e bibliográfico (ou de fontes secundárias). A fase exploratória foi um dos momentos importantes da pesquisa, porque representou a construção da trajetória de investigação do tema proposto. A visão do desenvolvimento da atividade turística e das Instituições estabelecidas permitiu traçar novas territorialidades.

A visão de conjunto é observada por meio das formas e funções espaciais e das relações dialéticas da história. A proximidade fronteiriça associada às relações vividas neste espaço permite refletir sobre as diferentes escalas, seja de forma local, regional, nacional e internacional. Na composição destes espaços as complexidades nas formas de exploração e de produção são analisadas por intermédio do desenvolvimento provocado no território e as novas mudanças impostas pelo processo acelerado da globalização, perceptíveis nas áreas analisadas.

Foram analisadas a territorialidade do Iguassu, a atividade turística, a evolução espacial e a qualificação pertinente ao desenvolvimento deste lugar.

3 O território, fronteira, limites, delimitação e o turismo

Para compreender os conceitos propostos e que dão base neste estudo nos faz observar as trajetórias de construção do significado essencial da palavra à representatividade deste no

espaço geográfico, uma vez se estudar duas áreas transfronteiriças complexas do ponto de vista territorial e nas próprias relações de poder que as regem.

Historicizar o território faz parte do processo de entendimento do que se propõe o artigo. Neste sentido, para SANTOS (2007, p.13) “o território é o lugar que desembocam todas as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. O autor ajuda na compreensão destas áreas de fronteiras envolvendo dois países (Brasil e Argentina) no caso de Barracão, e três países (Brasil, Paraguai e Argentina) em Iguassu, e neste, três cidades principais (Foz do Iguaçu-Brasil, Ciudad del Este-Paraguai e Puerto Iguazú-Argentina) que na atualidade compõem uma mancha urbana de aproximadamente 700.000 habitantes.

A noção de território usado aqui não é baseada em uma dimensão física por uma pessoa singular ou limites administrativos em distâncias curtas e bem estabelecidas. A definição como o resultado do território e da parte constitutiva de um conjunto complexo de interações estabelecidas pelas pessoas do seu lugar de vida, dos espaços sociais, culturais, utilizações de recursos, mas também dos agentes exógenos e endógenos.

A fronteira, em se analisando ao longo da história, pretendeu desenhar uma imagem de pedra e precisão: os muros são o seu símbolo, com toda a sua concretude. Entretanto, apesar da imagem de intransponibilidade, os muros são apenas camuflagem, pois o espaço vivido é mais amplo e complexo do que os limites e fronteiras possam determinar. (HISSA, 2006, p.40)

As idéias das fronteiras “naturais”, que coincidiram com os limites da ocupação territorial das etnias, são falsas, pois se sabe que a maioria esmagadora dos Estados, não é constituída por uma única etnia; sabe-se também como este critério é ambíguo, pois se define a partir de um padrão de “pureza” dificilmente reconhecido na média de uma população. (GOMES, 2002, p. 99)

Percebem-se na área do Iguassu as motivações que fazem o ir e vir das populações entre as aduanas. Um dos elementos mais fortes vem a ser a variação econômica e a estabilidade das moedas (Real - Brasil, Peso - Argentina e Guarani – Paraguai) frente ao dólar americano. Outro elemento é o comércio de produtos característicos de zonas francas com impostos reduzidos, o que atrai a população brasileira para as compras no Paraguai e Argentina. A atração de empregos no comércio para brasileiros no Paraguai e o valor da terra que motivaram brasileiros a irem instalar propriedades rurais e desenvolver a produção de soja. As populações vivem estas proximidades e relações entre os três países com características próprias e na maioria das vezes perceptíveis e marcantes.

Quando se opta por uma problemática relacional, como são os casos aqui analisados, é porque se pensa que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e as relações espaciais, num sentido de verificação das redes e suas especificidades.

O olhar científico que se dá neste breve estado da arte sobre território e poder se espelha, em muito, na análise de Reffestin (1980) na medida em que o espaço e o território não são termos equivalentes. O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o espaço. A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam como rodovias, canais, ferrovias, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, podem ser resumidos pelo autor mencionado como a prisão que os homens constroem para si.

No que tange às redes e ao poder, Reffestin (1980, p. 83) esclarece que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação – é uma função de poder, onde: “A circulação imprime a sua ordem”. Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado.

No conjunto norteador da rede e do poder no território, há a própria noção de região como fundamental na análise geográfica das hierarquias que promovem os fluxos no espaço. Um fator elucidante pode ser visto em Rochefort (1980, p. 61), mesmo que o autor considere que a definição de região tenha sofrido uma falência parcial. Neta contextualização os geógrafos procuraram definir a região pelo conteúdo do espaço, no interior de limites determinados, conteúdo que se exprime mais ou menos por certa homogeneidade de paisagem. Essa concepção conduz a um certo número de impasses no esforço empreendido para estabelecer unidades válidas, caracterizadas por certa homogeneidade das atividades de produção que neles se localizam.

Diante da complexidade teórica deste conceito em Geografia, uma vertente aponta que "de qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia em face de um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território". GOMES, 1995.

Objetos fixos como pontos geodésicos, marcos fronteiriços, quartéis, aduanas, pontes, bandeiras e placas nos mostram os limites espaciais e de soberania de um país. Por outro ângulo, as pontes que são fixas mostram também a união, pontos de passagem dos fluxos de mercadorias (legais e ilegais), turistas, trabalhadores (formais e informais), moradores locais, ônibus de fronteira, caminhoneiros, traficantes, contrabandistas, dentre outros agentes sociais. Percebe-se, ainda, a influência das comunicações em certos espaços de domínio da telefonia celular, dos sinais de televisão, dentre outros.

O território em estudo está compreendido na “faixa de fronteira” no arco sul, dentro dos 150 km perpendiculares a linha limitante de defesa nacional, estabelecida pela Constituição do Brasil de 1988 (cap.II, art. 20, alínea XI, parágrafo II). UFRJ - Grupo RETIS - 2008.

No aspecto geográfico, ao pensar sobre fronteiras e limites, há uma dicotomia entre identidades – eles e nós. Para Hissa (2006, p.19) “o limite é algo que insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não está ligado”. Percebem-se as relações humanas de estranhamento ou reciprocidade, às vezes optando por viver sem a interferência do outro. O limite é demarcado como vigiar o território por aduanas e policiamento. Separadas por rios ou não, as bandeiras, as pontes, os marcos, e outros elementos são símbolos e mostram um descortinar de outros cenários.

Quando as fronteiras são muito próximas, a mancha urbana é marcada pela conurbação, faz-se necessário recorrer à antropologia, por meio da observação das pessoas que ali vivem e os turistas como no caso da região do Iguassu – na complexidade deste relacionamento sócio-espacial.

Na abordagem regional deve-se analisar o conceito no entender de Lencioni (2003, p. 201), quando esta coloca que “as regionalizações são produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, fazendo com que a região se constitua no final do processo de investigação”. A necessidade de pesquisar o espaço transnacional ou transfronteiriço do Iguassu se deve ao fato da convivência numa área internacional conurbada com culturas

diferentes, estabelecida por signos e imaginários que tornam a região relevante para a demanda de turistas nacionais e internacionais.

Quando se aproxima essa discussão aos estudos do Turismo analisa-se a atividade no campo das Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas, portanto a pesquisa assume seu fundamento por meio de uma valorosa contextualidade que vem a ser a multidisciplinaridade.

Nesta perspectiva do Turismo, Beni (2000, p. 42) considera que a busca de variáveis explicativas e métodos de análise caracterizam a multi e a interdisciplinaridade, e que a aplicação de métodos permitem aplicações interativas e operacionais na observação, descoberta e interpretação percebida no objeto de estudo do Turismo, que constitui a transdisciplinaridade.

Os recursos turísticos da região estão associados à valorização da oferta que apresenta áreas naturais protegidas, espaços únicos construídos e serviços diferenciados; além de objetos tangíveis e intangíveis que valorizam o território. Existe uma diferença nas infra-estruturas urbanas, rurais e desigualdades sócio-espaciais.

No conjunto da relação Geografia e Turismo, na incorporação de suas dimensões, Xavier (2004, p. 65) considera que o conhecimento da comunidade sobre a importância do turismo é precário, faz-se necessário o desenvolvimento de atividades que levem a interiorização das informações, afim de que essas pessoas possam atingir o limiar do conhecimento do turismo, proporcionando, atitudes mais efetivas sobre seu uso.

No território do Iguassu é observado a partir dos anos de 1990, um aumento na demanda de turistas nos Parques Nacionais do Iguazu (Brasil e Argentina) e associados a este fenômeno a expansão dos recursos turísticos e recreativos. Há a preocupação da busca de novas formas de aperfeiçoar o espaço e provocar o aumento da permanência de turistas e valorizar o mercado.

As cachoeiras do Iguazu são o principal atrativo e com uma magnitude elevada na hierarquização de atrativos. Em território argentino, a vegetação é denominada de Selva Subtropical Missioneira (Paranaense). No Brasil, o Parque está classificado sob o ecossistema de Floresta Estacional pertencente à Floresta Estacional Semidecídua, Floresta Ombrófila Mista e Formações Pioneiras Aluviais, bem como a região de transição daquela formação com a Floresta de Araucária, em seus terrenos mais elevados próximos a Céu Azul e Santa Tereza do Oeste. (CURY, 2003)

O espaço geográfico pode ser definido a partir de um conjunto de dados e elementos econômicos localizados, sendo que tais localizações podem ser dispersas, considerando que são as características e a natureza das relações de interdependência que emprestam unidade ao espaço. A região é definida de uma forma mais restrita, não em função de fatores relacionados à dimensão, mas referidos às razões de contigüidade, ou seja, os elementos que compõem uma região têm que se localizar de forma contígua.

A discussão sobre os conceitos de região nos leva a pensar sobre os processos de globalização, seja por meio da homogeneização dos espaços e da fragmentação regional. Ao observar a classificação de região seja no seu aspecto formal, analisadas a partir da geografia local e de seus aspectos conjunturais físicos, sociais, políticos e outros; ou no seu aspecto funcional, ou seja, a área geográfica observada a partir das coerências funcionais por relações de interdependência.

Devido às discussões conceituais apresentadas entre região e de território será adotado o termo território devido a sua amplitude.

Essa área de fronteiras regionais, nacionais e internacionais se constitui com características formais e funcionais estabelecidas, marcadas pela atividade turística. Na seqüência serão abordadas as questões internacionais nas fronteiras do Iguassu.

4 As questões internacionais das fronteiras no Iguassu

Ao observar as questões fronteiriças, a formação do Estado - Nação e a força das redes estabelecidas em áreas de fronteira percebem-se um novo ordenamento, um re-desenhar do mapa do mundo.

O mapa do mundo se move. Aqui e ali as velhas fronteiras estão desaparecendo sob o peso da notícia. Alguns países, estados e municípios, por vezes irrompem ou conciliam, por vezes vazios ou sobrepõem. Um fator desta tendência: Espaço polarização das atividades econômicas. Trata-se de cidades, regiões ao nível de espaços centrais ou em que mergulha da espiral de declínio. A clara separação de mapa do mundo - entre as duas grandes potências, entre Este e Oeste, ou entre Norte e do Sul - está a esmorecer. O mapa do mundo está redesenhado. A viragem espaço, que nós estamos vendo provas da existência de uma profunda reestruturação não só econômica, mas social e tecnológica. A insegurança reina. Os paradigmas, estruturas, valores e habilidades estão a mudar, dando origem a uma inevitável remodelação dos territórios. Na esfera global como local, surgirá uma nova dinâmica sócio-espacial.

Esta dinâmica reflete a dispnéia de um modelo de desenvolvimento centralizado no crescimento a qualquer preço e incondicional a utilização dos recursos. Este modelo, chamado produtivista liberal, fordista, tem sido alvo de críticas tanto dos atores sociais como dos cientistas (Beaud, Dumond, Lipietz, portanto, Sachs). Os imperativos da economia nacional e / ou mundo deixou de ser suficiente para legitimar as intervenções um modelo técnico-econômico centralizado. A utopia de crescimento sem limites - baseado na exploração dos recursos temerário, consumo desenfreado, a miraculosa tecnologia, excessivo individualismo - se acentuou disparidades sociais e espaciais, as desigualdades inaceitáveis para mais de um indivíduo, uma comunidade. Até mesmo a classe média americana do modo de vida está em processo de estreitamento segundo (Harrison e Bluestone, 1988).

Na contextualidade histórica serão abordadas as principais referências que buscaram aproximar e vencer os contornos das demarcações fronteiriças no território do Iguassu.

Santos, B.S. (2003) ao referir ao sul do Brasil revê em seus estudos a questão dos povos Kaingang e os Xoklen, que viviam no espaço em que os Guaranis consideravam seu. Por isso não foi muito grave que os brancos também chegassem e ocupassem parte dessas terras. A diferença é que os brancos não só ocuparam, mas alterou em profundidade a biota, trocando a natureza, isto é, substituindo, as plantas e os animais, alterando os acidentes geográficos, derrubando florestas, cortando morros, construindo lagos, secando mangues. O povo guarani, que pelo seu direito partilhavam territórios, começou a se sentir cada vez mais expulsos de sua própria terra por que já não podiam reconhecer os locais onde se manifestavam os espíritos de seus antepassados.

Após o tratado de Tordesilhas, Alexandre de Gusmão no século XVIII, criou os princípios básicos para a solução das questões de limites entre as colônias portuguesas e espanholas da América:

- O do *uti possidetis* – as terras pertenceriam aqueles que a ocupassem, tendo o título de posse. Isso deu ao Brasil “de jure” o que os bandeirantes haviam conquistado de “facto”.

- O princípio do reconhecimento de que os problemas limítrofes entre duas colônias deveriam ser resolvidos em função dos interesses das colônias, e não das metrópoles.

José Bonifácio de Andrada e Silva na época da Independência do Brasil aponta a necessidade do Governo Central para manter a unidade do país. A ele ficarão sujeitos os governos provinciais. Outra: a proposta da fundação de uma “cidade central”. Dessa capital interior, sairiam estradas para províncias e portos do mar. No Império, vários foram os planejamentos para a integração territorial pelas ferrovias, rodovias em direção ao interior, seja no arco norte ou sul que não saíram do papel.

No período republicano as iniciativas de interiorização surgem com a concretização da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: 1.269 quilômetros, de Bauru a Porto Esperança era a primeira ligação com a Bacia do Prata.

A ligação São Paulo/Santos vem a impor o poder de centralidade na América do Sul com Buenos Aires que detinha a hegemonia na região.

As questões diplomáticas são claras e precisas neste período com personagens como o Barão do Rio Branco especialista em questões de fronteiras, seu trabalho é complementado no início do século XX, por Mariano Cândido Rondon que retrata o espírito humanista e antropológico, contradizendo o que se via na história passada a mentalidade egoísta e predatória dos bandeirantes. Levou a ligação telegráfica em nossas fronteiras oeste e norte, percebeu-se o contato com grupos indígenas pelo interior do Brasil e a integração estabelecida pela rede de comunicação.

Sobre tais aspectos, conforme o Relatório dos Trabalhos Executados pela Comissão de Limites entre Paraná - Santa Catharina, datado de 1923, confeccionado pelo Marechal A. de Albuquerque Souza, a demarcação seria: “produzida por uma combinação de processos astronômicos e topográficos, obedecendo ao acordo firmado em 1916, pelos governadores e presidente da República, este último dá nome a linha da divisa, uma das mais caras já executadas no País.” Aponta Fraga (2006, p. 135) citando Souza (1923).

O pensamento da Geopolítica se fundamenta em autores e pensadores como Ratzel e Vidal de La Blache. Ratzel define que “espaço é poder” e influenciados nestes estudos novas concepções são adaptadas ao pensamento de fronteiras no Brasil. Os anos de 1931 a geopolítica brasileira é marcada pelos estudos de Mário Travassos autor de “Projeção Continental do Brasil”. Esta obra em 1964 vem a influenciar nas decisões fronteiriças no governo militar, dentre as idéias relevantes aponta-se:

1. A posição do Brasil é atlântica. Existe uma força convergente em relação ao Prata centralizada em Buenos Aires;
2. Existe um antagonismo em nosso continente entre a geografia atlântica e a geografia pacífica. A cordilheira do Andes é o divisor deste antagonismo;
3. O triângulo estratégico Santa Cruz de La Sierra / Cochabamba / Sucre é a chave: quem dominar essa região dominará a política continental da América do Sul.

Perante estas idéias vêm às proposições estratégicas de fronteiras:

1. Uma política de transportes para neutralizar a influência do Prata, o que na atualidade percebemos os corredores de exportação;
2. A construção da ferrovia até Santa Cruz de La Sierra e daí até Arica no Pacífico;

3. Desenvolver o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste para o Paraguai.

Atrelado ao território do Iguaçu Golbery do Couto e Silva (1971) diz: é bem mais ao sul onde o Uruguai, geograficamente meio brasileiro e meio platino, continua a viver e prosperar galhardamente em seu histórico papel de Estado-tampão é aí onde Las Misiones avançam como uma cunha para o nordeste, modelando o gargalo de Santa Catarina, que se define a linha de tensão máxima no campo sul americano, reforçada como é pela proximidade maior dos centros de força potencialmente antagônicos, seu dinamismo e potencial superiores, a tradição de choques e conflitos que vem desde o passado colonial, e por fim, se bem que não menos importante, uma aspiração hegemônica, alimentada além do Prata, por uma propaganda tenaz e incansável, desde os dias já longínquos de Rosas. É o local de Itaipu.

Nas questões estratégicas o Paraguai tem a sua saída natural pelo Prata, mas a construção da BR-277 e da Ponte da Amizade ligando Ciudad del Este a Foz do Iguaçu e aparelhando o Porto de Paranaguá lhes ofereceram uma saída para o mar, ou seja, um corredor de exportações via Brasil. O Paraguai deixa o corredor de exportações via bacia do Prata e passa a dependência do território brasileiro. Em 1966 é assinada a ata do Iguaçu que firma o convênio para a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A seguir serão analisadas as questões diplomáticas e a potencialidade econômica instalada na fronteira Brasil e Paraguai, como elemento de aproximação.

5 Itaipu a política e a visão de integração sul-americana

Com o estabelecimento da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, aos dias atuais solucionou-se um impasse diplomático entre Brasil e Paraguai. Os dois países disputavam a posse de terras na região do Salto de Sete Quedas, área hoje coberta pelo lago da usina.

De acordo com dados da Usina de Itaipu; as questões diplomáticas neste território iniciaram no século XVIII. Em 1750, Espanha e Portugal assinaram o Tratado da Permuta, que consistiu até então na primeira descrição minuciosa da fronteira. O texto, porém, era impreciso ao determinar os limites entre os territórios na margem direita do Rio Paraná. Um rio, cuja foz não se sabia ao certo se estava acima ou abaixo das Sete Quedas, deveria demarcar as terras. Tratados subsequentes buscaram esclarecer a questão, sem obter êxito.

Inegavelmente a Guerra do Paraguai (1865-1870) reabriu a polêmica em torno da fronteira na região das Sete Quedas. Conforme o Tratado de Paz (1872), os territórios deveriam dividir-se pelo Rio Paraná, até o Salto, e pelo cume da Serra de Maracaju.

O documento ganhou interpretações divergentes, pois, quando se aproximava do rio, a Serra de Maracaju dividia-se em dois ramos, um acima e outro abaixo das Sete Quedas. Após o término dos trabalhos de uma comissão mista que deveria detalhar o limite entre os dois países, a demarcação parou a 20 km dos saltos, por desacordo entre as partes.

A disputa pelas Sete Quedas recrudescer nos anos 1960. A descoberta do potencial hidrelétrico do Rio Paraná colocou Brasil e Paraguai novamente em rota de confronto. Mas, em vez de medir forças, os dois governos fizeram uma sábia opção: unir forças.

Em 1962, pela primeira vez cogitou-se a idéia de os dois países se unirem para produzir energia em conjunto. Em 1965, o diálogo retrocedeu com o deslocamento de um destacamento militar brasileiro para a área em litígio. Perante a ameaça de uma nova guerra, Brasil e Paraguai intensificam a busca por uma solução diplomática. A inauguração da Ponte da Amizade alimentou o clima de cooperação ao oferecer a perspectiva de exportação para os produtos paraguaios através do território brasileiro.

O resultado de intensas negociações foi a Ata do Iguaçu, assinada em 22 de junho de 1966 pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, o Chanceler Raul Sapena Pastor. A declaração conjunta manifestava a disposição de estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, no trecho do Rio Paraná “desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu”.

O entendimento diplomático abriu caminho para o início dos estudos técnicos. A solução proposta por um consórcio de empresas estrangeiras, que previa o alagamento de grande parte da área em litígio, encerrou a disputa por terras na fronteira.

Em 1967, uma Comissão Mista é criada para implementar a Ata do Iguaçu. O consórcio formado pelas empresas IECO e ELC venceu a concorrência internacional para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países.

A diplomacia alcança um resultado concreto. Em maio de 1974, é formada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina, estruturada como “empresa internacional”. A solução jurídica encontrada está entre as contribuições do jurista Miguel Reale. A disputa por terras na fronteira está superada.

Somente uma pequena parcela da área em litígio não foi inundada. As terras em questão foram transformadas em reserva ecológica binacionais, sob conservação da Itaipu. O governo brasileiro ficou responsável pela obtenção de recursos para a obra. O financiamento deu-se por meio de crédito de curto prazo de instituições financeiras privadas e de bancos estatais estrangeiros.

O entendimento de Brasil e Paraguai para a construção de Itaipu Binacional estremeceu as relações dos dois países com a Argentina. Os argentinos temiam que a usina prejudicasse seus direitos e interesses sobre as águas do Rio Paraná. A questão chegou a ser tema de uma Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1972.

A solução veio com a assinatura do Acordo Tripartite, entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 19 de outubro de 1979. O documento determinou regras para o aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do Rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata. Este acordo estabeleceu os níveis do rio e as variações permitidas para os diferentes empreendimentos hidrelétricos na bacia comum aos três países. Antes da conclusão da usina, chegava ao fim uma complexa e exigente obra diplomática.

Vencendo as questões diplomáticas de Itaipu, verifica-se o papel de integração não só no campo da energia elétrica, mas no turismo em função da crescente procura de visitantes para conhecer a usina, no início dos anos de 200 a empresa revisou sua missão enfocando o turismo como uma de suas prioridades, criou-se o complexo turístico de Itaipu envolvendo a visitação na Usina, o Ecomuseu, o Refúgio Biológico Bela Vista e o canal da Piracema, além da estrutura das praias do lago.

Em 2003 foi criado pela empresa o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), dados da entidade, localizado na Usina de Itaipu, com a missão de compreender e transformar a realidade da área Trinacional do Iguassu, articulando e fomentando ações voltadas ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Integra uma incubadora empresarial, laboratórios de pesquisa, plataforma de ensino a distância e projetos educacionais em todos os níveis do ensino médio, superior e pós-graduação. Os estudos estão relacionados à água, energia e o turismo.

De acordo com os dados o Instituto Pólo Internacional Iguassu é outra entidade que vem merecendo atenção nos projetos de integração. Criado em 1996, por 89 empresários e

entidades representativas dos três países. Trata-se de uma associação de direito privado, sem fins econômicos, com características e entidade tri nacional, que obedece as legislações pertinentes aos municípios, estados e províncias de cada país neste território, visando o desenvolvimento da área tri nacional e do MERCOSUL.. Atua nas áreas científico-tecnológica, cultural, ecológica, meio-ambiente, educacional, esportiva e sócio-econômica. Tem como missão a integração através dos atrativos turísticos e atividades de lazer e compras.

Dentre os projetos destaca-se o “Trilha Jovem” implementado em 2006 em parceria com o PTI, que propõe a transformação, a inclusão e formação de jovens para ingressarem no mercado de trabalho no turismo e que traz uma recompensa especial a seus participantes, dando a eles a oportunidade de ter um projeto de vida. Em 2006, formaram-se 120 jovens, em 2007, 220 jovens e em 2008 serão 109 jovens formados.

Considerações Finais

O território do Iguassu compreendido por Foz do Iguazu está conurbado com Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazú na Argentina, incluindo as cidades de menor porte esta malha urbana e ultrapassa os 700.000 habitantes.

As questões pertinentes a fronteiras e sua mobilidade estão atreladas por uma problemática relacional, como são os casos aqui analisados, é porque se pensa que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e as relações espaciais, num sentido de verificação das redes e suas especificidades. As intervenções sejam de ordem política, estratégicas acabam se diluindo em função da rapidez e fluidez das redes econômicas que interferem no território.

O turismo desde tempos remotos foi à atração em função das quedas d’água em Sete Quedas e as Cataratas do Iguazu. Com o desenvolvimento das redes de transportes e comunicações, com a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu; o processo de adensamento populacional, e qualificação da oferta e de serviços relativos à sustentação do turismo provocaram uma maior procura pelo destino. Muitas famílias estabeleceram após a conclusão das obras da Usina e fixaram a atividade no turismo em Foz do Iguazu.

As paisagens turísticas são uma resposta que o homem moderno delinea por meio da valorização, buscando nestes espaços muitas vezes o que foi perdido em seu espaço e no seu cotidiano.

A reprodução social, a valorização dos lugares, construções de lazer a sensibilidade de representação do lugar, leva a autenticidade do território turístico.

As territorialidades atreladas à complexidade da atividade turística e as questões fronteiriças são o principal elemento que norteou este trabalho. Devido à dinâmica dos componentes sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais, os estudos apresentados não esgotam, faz-se necessária a pesquisa constante nesta área para que possíveis fundamentações sejam esclarecidas envolvendo o turismo neste território.

Referências Bibliográficas

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 3. ed. São Paulo: SENAC,2000.

CURY, M. J. F. C. Visitação em Áreas Naturais Protegidas: Estudo Comparados dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguazu. Dissertação de Mestrado. Orientador Dr. Mário Carlos Beni. ECA-USP. São Paulo, 2003.

FRAGA, N.C. Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

GOMES, P. C. C. A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2002.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

HISSA, C. E. V. A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.

INSTITUTO POLO INTERNACIONAL DO IGUASSU. Disponível em < www.poloiguassu.org.br > em 29-08-2008.

ITAIPU-BINACIONAL. Disponível em < www.itaipu.gov.br > em 29-08-2008.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. EDUSP. São Paulo. 2003.

PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU. Disponível em < www.pti.org.br > em 28-08-2008.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, B.S. Reconhecer para libertar os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. Território, territórios; ensaio sobre o ordenamento territorial. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007.

SILVA, G.C. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio. 1971.

TRAVASSOS, M. Projeção Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional.1931.

UFRJ. Grupo RETIS. Disponível em < <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/> > em 27-04-2008.